



SINOPSE DOU SEÇÃO 1



Atos do Poder Executivo

Decretos **Nº 9.754, de 11 de abril de 2019**, que “Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal”.

Nº 9.755, de 11 de abril de 2019, que “Institui o Comitê Interministerial de Combate à Corrupção”.

Nº 9.756, de 11 de abril de 2019, que “Institui o portal único ‘gov.br’ e dispõe sobre as regras de unificação dos canais digitais do Governo federal”.

Nº 9.757, de 11 de abril de 2019, que “declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos” (Dispondo sobre as normas para consolidação de atos normativos).

Nº 9.758, de 11 de abril de 2019, que “Dispõe sobre a forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal”.

Nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que “Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal”.

Nº 9.760, de 11 de abril de 2019, que “Altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações”.

Nº 9.761, de 11 de abril de 2019, que “Aprova a Política Nacional sobre Drogas”.

Nº 9.762, de 11 de abril de 2019, que “Regulamenta os art. 51 e art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre as diretrizes para a transformação e a modificação de veículos automotores a fim de comporem frotas de táxi e de locadoras de veículos acessíveis a pessoas com deficiência”.

Nº 9.763, de 11 de abril de 2019, que “Regulamenta o disposto no inciso XI do caput do art. 5º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, com vistas a desenvolver, a ordenar e a promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil.”.

Nº 9.764, de 11 de abril de 2019, que “Dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis e de serviços, sem ônus ou encargos, de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”.

Nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que “Institui a Política Nacional de Alfabetização”.

Despachos do Presidente da
República

Mensagens

Nº 121, de 11 de abril de 2019: “Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que ‘Dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”.

Nº 122, de 11 de abril de 2019: “Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que ‘Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa Atleta, e a Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, que cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva’.

Nº 123, de 11 de abril de 2019: Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei complementar que ‘Dispõe sobre a posse e o exercício em cargos nos órgãos de administração e nos órgãos previstos no estatuto ou no contrato social de instituições financeiras públicas e privadas”.

Nº 124, de 11 de abril de 2019: “Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei complementar que ‘Dispõe sobre a autonomia técnica, operacional, administrativa e financeira do Banco Central do Brasil, define seus objetivos e altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964”.

Casa Civil

Termo de Compromisso com
a Integridade Pública

S/Nº, na qual, a “Controladoria-Geral da União, assumindo os compromissos de: (i) orientar a implementação das unidades de gestão da integridade, em projeto piloto, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério da Saúde; e, (ii) de expedir normativo, dentro dos primeiros 180 dias do atual Governo, regulamentando a implementação das Unidades de Gestão da Integridade, nos órgãos e entidades do Poder Executivo federal”.



Ministério da Economia

Secretaria Especial de
Previdência e Trabalho

Portarias **Nº 209, de 10 de abril de 2019**, estabelecendo, para o mês de abril de 2019, os fatores de atualização das contribuições, dos salários-de-contribuição e respectivas atualizações.

Nº 210, de 10 de abril de 2019, que “Altera a Norma Regulamentadora nº 22 (NR-22) - Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração”.

Nº 211, de 10 de abril de 2019, que “Dispõe sobre a assinatura e a guarda eletrônicas dos documentos relacionados à segurança e saúde no trabalho”.

Secretaria Especial da
Receita Federal

Portaria Conjunta **Nº 682, de 11 de abril de 2019**, que “Altera a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, que dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional”.

Ministério de Minas e Energia

Agência Nacional de
Mineração

Resolução

Nº 7, de 11 de abril de 2019, que “Define, nos termos do Artigo 70, o valor das multas previstas nos incisos V, IX, X, XI, XII, XII, XVI, XVIII e XIX do Artigo 34 do Decreto nº 9.406/2018, que regulamenta o Código de Mineração” (Sujeitando o titular de direitos minerários a sanções com valores definidos nesta resolução).